

ENTREVISTA

“Cidade Educadora: princípios e oportunidades”

Entrevistado: *Cristiano Capellani Quaresma* - Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências/Unicamp (2013). Mestre em Geografia na área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial - Unicamp (2008). Além disso, formou-se nas modalidades Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Unicamp (2005 e 2006), respectivamente. Atualmente é docente e pesquisador em tempo integral da Universidade Nove de Julho (Uninove/SP) no Programa de Pós-graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis (PPG-CIS) e no Curso de graduação em Engenharia Civil da Uninove. Especialista em Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica. Tem se dedicado à Análise Ambiental e da Dinâmica territorial das áreas urbanas, com foco em temas de segregação e vulnerabilidade socioespacial, criminologia socioespacial, mobilidade e acessibilidade, desastres ambientais urbanos, serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na natureza. Também é Membro do Comitê de Ética da Uninove, Líder do grupo de pesquisa CNPq Cidades do Futuro, Membro do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo e Membro do Observatório de Políticas Públicas GT-Urbanismo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Vínculo Institucional: Professor e pesquisador junto ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho (Uninove).

Dialogia: De forma breve, destaque o seu percurso acadêmico/profissional.

Cristiano Capellani Quaresma: O conceito de Cidades Educadoras refere-se à ideia de que uma cidade deve ir além de suas funções tradicionais e assumir uma função educadora. Essa abordagem reconhece a importância dos diferentes espaços, tempos e atores presentes na cidade como oportunidades de aprendizagem, garantindo que o processo de formação das pessoas vá além das escolas.

Uma Cidade Educadora investe em educação e formação permanente de todos os seus habitantes, desde crianças e jovens até adultos. Ela busca criar um ambiente propício ao desenvolvimento humano, onde a cultura, a participação cidadã e a convivência são valorizadas. A cidade é vista como um sistema complexo em constante evolução, que prioriza o investimento cultural e a formação da população.

Essas cidades promovem uma abordagem holística da educação, integrando tanto espaços formais quanto não formais de aprendizagem. Museus, bibliotecas, parques, praças e outros locais públicos se tornam ambientes educativos, proporcionando oportunidades de aprendizado e convivência. Além disso, elas buscam envolver ativamente os cidadãos na vida urbana, promovendo a participação cidadã, a compreensão das diferenças e a solução coletiva de problemas.

O conceito de Cidades Educadoras incentiva a criação de uma nova esfera pública, onde o Estado e a sociedade trabalham juntos para oferecer oportunidades de aprendizado e para reinventar a própria cidade. Essas cidades valorizam a diversidade, promovem a conscientização sobre questões sociais e ambientais e buscam fortalecer a identidade regional. Além disso, estão alinhadas aos princípios da justiça social e às diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável.

Cristiano Capellani Quaresma

Ao adotar a abordagem das Cidades Educadoras, as cidades buscam se tornar espaços inclusivos, participativos e sustentáveis, onde todos os indivíduos têm acesso a oportunidades de formação, desenvolvimento e entretenimento. O objetivo é promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, onde as pessoas possam desenvolver plenamente seu potencial e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

***Dialogia:* Qual o seu entendimento sobre o histórico do conceito de “Cidade Educadora”?**

Cristiano Capellani Quaresma: A literatura aponta que a ideia de Cidade Educadora teve suas bases nos princípios do documento "Aprender a Ser", um relatório publicado em 1972. Esse relatório foi elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida por Edgar Faure e liderada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Embora não haja uma relação direta entre o documento "Aprender a Ser" de 1972 e o conceito de Cidades Educadoras, eu entendo que ambos abordam aspectos importantes relacionados à educação e ao desenvolvimento humano. Ambos destacam a necessidade de uma abordagem holística da educação, que vai além da transmissão de conhecimentos acadêmicos e enfatiza o desenvolvimento pessoal, social e emocional dos indivíduos.

Entretanto, a origem efetiva do conceito de Cidade Educadora pode ser atribuída ao final da década de 1980, quando houve uma busca por implementar esse conceito na cidade de Barcelona, na Espanha. Nessa proposta, a cidade assumiria a responsabilidade pela educação de todos os seus habitantes, integrando a educação formal, informal e não formal, bem como diferentes esferas públicas e privadas, como governo, famílias, associações de bairro, indústrias culturais e empresas. Nesse contexto, destaca-se a expressão "A Cidade somos nós", popularizada pela pedagoga e Secretária de Educação de Barcelona no final da década de 1980 e início da década de 1990. Essa expressão reflete a ideia de que os cidadãos são os principais agentes na construção e transformação das cidades. Ela enfatiza o papel ativo dos indivíduos na moldagem do ambiente urbano e na criação de uma comunidade vibrante e inclusiva. A expressão ressalta a importância da participação cidadã, do engajamento comunitário e da colaboração entre os moradores para o desenvolvimento e bem-estar da cidade.

Esse conceito influenciou o conjunto de estratégias implementadas na cidade de Barcelona, conhecido como "Modelo Barcelona de Modificação Urbanística e Cultural". Esse modelo resultou em grandes transformações urbanas, sociais e culturais, obtendo reconhecimento internacional pela sua abordagem inovadora e bem-sucedida na revitalização da cidade.

Esse conjunto de eventos resultou na realização do primeiro Congresso Internacional de Cidades Educadoras realizado em Barcelona, em 1990. A Carta das Cidades Educadoras foi criada durante esse Congresso e se constitui no documento fundamental para o movimento das Cidades Educadoras, estabelecendo os princípios e compromissos das cidades que aderem a essa abordagem educativa.

Outro evento importante trata-se da criação da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) durante o III Congresso Internacional de Cidades Educadoras realizado em Bologna, em 1994. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos e que incentiva a colaboração entre governos locais comprometidos com os princípios da Carta das Cidades Educadoras. Desde sua criação dessa Associação, o movimento das Cidades Educadoras tem se expandido em todo o mundo, com um número crescente de cidades aderindo a essa abordagem. Além da Europa, onde o movimento teve início, ele se espalhou para outras regiões, incluindo América Latina e Central, Ásia e África.

Os Congressos Internacionais promovidos pela AICE, que ocorrem a cada dois anos, desempenham um papel fundamental no aprofundamento das discussões em torno da Carta das Cidades Educadoras. Além disso, esses eventos promovem a difusão e o intercâmbio de boas

Cristiano Capellani Quaresma

práticas entre as cidades participantes. As cidades têm a oportunidade de aprender umas com as outras, estabelecer contatos e iniciar ações de colaboração.

A próxima edição do Congresso Internacional da AICE será a décima sétima e ocorrerá de 21 a 24 de maio de 2024 na cidade de Curitiba, no Brasil. O tema do congresso será "Sustentabilidade, Inovação e Inclusão na Cidade Educadora: Transformando o Presente". Esses eventos são importantes para fortalecer o movimento das Cidades Educadoras, impulsionar novas iniciativas e promover o desenvolvimento de cidades mais educadoras, inclusivas e sustentáveis.

***Dialogia:* Por que é importante estabelecer uma relação entre Cidades e Educação?**

Cristiano Capellani Quaresma: De acordo com os relatórios da Organização das Nações Unidas sobre as perspectivas de urbanização mundial, o ano de 2007 marca o momento da história em que o mundo ultrapassou a marca de mais pessoas vivendo em áreas urbanas do que em áreas rurais. A partir desse ponto, a porcentagem da população mundial vivendo em cidades tem crescido constantemente, chegando a 55% em 2018 e estima-se que atingirá 68% em 2050.

Nesse sentido, as cidades desempenham um papel fundamental na promoção da educação para a população em geral, uma vez que são centros de grande concentração populacional onde a maioria das pessoas reside atualmente. Por meio de políticas e programas educacionais eficazes, as cidades podem oferecer oportunidades de educação acessíveis e de qualidade para sua população, contribuindo assim para o desenvolvimento humano e o avanço da sociedade como um todo.

É importante ressaltar que essa relação entre cidades e educação encontra fundamentos em alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Um exemplo é o Objetivo 4, que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. As cidades desempenham um papel crucial na oferta de sistemas educacionais acessíveis e de qualidade, assegurando que todas as pessoas, independentemente de sua origem socioeconômica ou localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Outro exemplo é o Objetivo 11, que trata de "Cidades e Comunidades Sustentáveis". Esse objetivo concentra-se na criação de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. A educação desempenha um papel fundamental na construção de cidades sustentáveis, pois pode promover a conscientização sobre práticas sustentáveis, desenvolver habilidades relacionadas à gestão ambiental e engajar os cidadãos na tomada de decisões participativas para o planejamento urbano. Além disso, a filosofia da Cidade Educadora baseia-se na convicção de que a cidade é um ambiente propício para a educação. Para que a cidadania seja plenamente exercida, as pessoas precisam ter acesso a informações e meios para participar ativamente da construção desse espaço coletivo, transformando-o em um verdadeiro local público, com uma história e uma memória reconhecidas por todos os seus habitantes. A cidade é um território com dimensões humanas, projetado para ser habitado pelos cidadãos, e estes devem sentir-se parte integrante e responsáveis por ele. Portanto, as intervenções urbanas e as obras físicas devem estar alinhadas com ações e intervenções sociais e culturais, estabelecendo um diálogo entre o ambiente físico e as necessidades da comunidade.

***Dialogia:* Quais os principais desafios que os governantes de uma cidade enfrentam para que ela seja reconhecida como uma Cidade Educadora?**

Cristiano Capellani Quaresma: Os governantes de uma cidade enfrentam diversos desafios para que ela seja reconhecida como uma Cidade Educadora. Cada contexto socioespacial é único e apresenta desafios específicos, mas podemos traçar alguns desafios gerais. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que haja um comprometimento político, a participação da comunidade e a integração de esforços para criar uma cidade que valorize e promova a educação em todas as suas dimensões.

Cristiano Capellani Quaresma

Um dos principais desafios é a necessidade de mudança de paradigma, tanto na educação quanto em relação à cidade. É necessário repensar e superar o modelo de educação tradicional e conservador, fundamentado puramente nas relações verticais e unilaterais entre professor e aluno, no acúmulo de conteúdos, na valorização de respostas prontas e que se distancia da abordagem pedagógica amplamente defendida por Paulo Freire, a qual se centra na conscientização e na transformação social, com a valorização dos indivíduos como agentes de mudança da realidade socioespacial.

Para efetivamente enfrentar esse modelo, é necessário ampliar a concepção de educação e suas intencionalidades. Isso implica reconhecer e valorizar os saberes e as possibilidades presentes nos territórios e nas cidades. A escola, como parte desse processo, não pode mais se fechar em si mesma. Ela precisa se reinventar e se transformar em um espaço de interação constante com a comunidade, as famílias, as ruas, os parques, os bairros e a própria cidade.

Uma cidade educadora deve ser concebida como um ambiente vivo de aprendizagem, onde a educação não se limita às quatro paredes da sala de aula, mas se estende por todo o tecido urbano. As interações com a comunidade e com o ambiente urbano são vistas como oportunidades educativas valiosas, capazes de promover a formação integral dos cidadãos. Nessa perspectiva, a cidade se torna um espaço educador por excelência, oferecendo múltiplas experiências de aprendizado que vão além do currículo formal.

A mudança de paradigma na educação também implica em uma abordagem mais participativa e colaborativa. Os estudantes devem ser encorajados a serem protagonistas de seu próprio aprendizado, envolvendo-se ativamente na construção do conhecimento. Da mesma forma, é essencial promover parcerias e diálogos entre diferentes atores da comunidade educativa, incluindo educadores, famílias, organizações da sociedade civil e instituições locais. A colaboração entre esses agentes é fundamental para a construção de uma educação mais contextualizada, relevante e significativa para os estudantes e para a cidade como um todo.

A criação de cidades educadoras requer, portanto, uma transformação profunda nas concepções e práticas educacionais. É preciso romper com a visão fragmentada e isolada da educação, incorporando uma abordagem mais integrada e holística, que reconheça o potencial educativo presente em todos os espaços da cidade. Essa mudança de paradigma é essencial para que as cidades possam se tornar verdadeiros ambientes de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento pleno dos cidadãos e contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa.

Sobre a mudança de paradigmas em relação à cidade, os governantes devem reconhecer a importância da educação como um fator-chave para o desenvolvimento sustentável e humano. Eles precisam compreender que a cidade não é apenas um espaço físico, mas um ambiente vivo e dinâmico, onde as pessoas vivem, aprendem e se relacionam.

Uma mudança de paradigma implica em colocar a educação no centro das políticas públicas, enxergando-a como um investimento estratégico de longo prazo. Os governantes devem priorizar a educação em seus planos de governo e destinar recursos adequados para o desenvolvimento de infraestruturas educacionais, formação de professores, elaboração de currículos inovadores e implementação de programas de educação continuada.

Além disso, os governantes precisam integrar as políticas educacionais com outras áreas, como urbanismo, cultura, transporte e meio ambiente. Isso significa criar sinergias entre diferentes setores e abordar as necessidades educativas de forma transversal. Por exemplo, é possível desenvolver programas educativos que explorem o patrimônio cultural da cidade, incentivando a participação ativa dos cidadãos e promovendo o senso de pertencimento e identidade local.

A participação cidadã também é fundamental nesse processo. Os governantes devem envolver a comunidade nas decisões relacionadas à educação, ouvindo suas demandas e promovendo espaços de diálogo e colaboração. Isso contribui para fortalecer o senso de coletividade e responsabilidade compartilhada, além de permitir que as políticas educacionais sejam mais contextualizadas e atendam às necessidades locais.

Cristiano Capellani Quaresma

Outro aspecto importante é a valorização da diversidade e inclusão. Os governantes devem adotar uma abordagem inclusiva, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua origem, condição socioeconômica, habilidades ou características individuais, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais. Isso implica em implementar políticas e programas que promovam a equidade e eliminem as barreiras que possam limitar o acesso e a participação de determinados grupos.

Por fim, os governantes devem estabelecer mecanismos de avaliação e monitoramento para acompanhar o progresso e o impacto das políticas educacionais. Isso permite identificar áreas de melhoria, fazer ajustes necessários e garantir a efetividade das ações implementadas. A avaliação contínua é fundamental para garantir que a cidade esteja caminhando na direção de se tornar uma cidade educadora e que os esforços estejam resultando em benefícios reais para a comunidade.

***Dialogia:* Quais são os principais desafios em relação aos países em desenvolvimento, como o Brasil, em relação ao tema de Cidades Educadoras?**

Cristiano Capellani Quaresma: Os países em desenvolvimento, como o Brasil, enfrentam diversos desafios em relação ao tema de Cidades Educadoras. O processo de urbanização tardio e acelerado, sem o devido planejamento, contribui para a concentração de problemas nas grandes e médias cidades. A acessibilidade, mobilidade, segregação socioespacial, poluição e violência são questões comuns nesses contextos urbanos.

No caso específico do Brasil, seu ingresso tardio na economia mundial, ainda tecnicamente e industrialmente atrasado, com uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas e dominada pela aristocracia rural, influenciou o desenvolvimento urbano do país. Enquanto os países centrais do capitalismo já haviam passado pela Segunda Revolução Industrial, o Brasil iniciou o século XX como exportador de produtos primários, caracterizado por um atraso técnico e industrial.

Apesar do processo anteriormente lento de industrialização e urbanização, o Brasil entrou em uma nova fase de aceleração nas primeiras décadas do século XX, onde as cidades passaram a ser vistas como símbolo de oportunidades. No entanto, a falta de infraestrutura e oportunidades adequadas nas cidades dificultaram a inclusão digna da maioria da população, que se viu obrigada a se deslocar para as áreas periféricas, muitas vezes carentes de infraestrutura e dominadas por loteamentos irregulares.

Esse processo desumano e insustentável de urbanização resultou em crescimento desordenado e concentrado, expansão das periferias, aumento de favelas e cortiços, segregação socioespacial, desemprego e violência urbana. Embora o Brasil já tenha sido a quinta maior economia do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2020, ocupava apenas a 84ª posição na lista dos países com maiores e piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

A pandemia da Covid-19 expôs a triste realidade das escolas públicas no país, que não possuíam infraestrutura física e tecnológica adequada para garantir o acesso remoto às aulas. Além disso, mesmo nas metrópoles, muitas famílias dependem das escolas não apenas para o acesso à educação, mas também para garantir a alimentação adequada, considerando as limitações do orçamento familiar.

Nesse sentido, é necessário abordar os principais desafios relacionados às Cidades Educadoras em países em desenvolvimento, como o Brasil. Esses desafios envolvem a necessidade de enfrentar a falta de planejamento urbano, promover a inclusão social, melhorar a infraestrutura e a qualidade das escolas, e garantir acesso equitativo à educação, tanto no ambiente presencial quanto no contexto remoto. Somente através de ações integradas e políticas públicas efetivas será possível criar cidades educadoras mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Cristiano Capellani Quaresma

Dialogia: Você poderia destacar boas práticas que representem efetivamente a apropriação de espaços de uma cidade em prol da formação de crianças, jovens, adultos e idosos?

Cristiano Capellani Quaresma: Podemos identificar diversas boas práticas que têm sido adotadas por cidades e contribuem para a apropriação dos espaços urbanos pelos cidadãos, desde crianças até idosos. Um exemplo são as ações que buscam promover a requalificação e o acesso a praças e parques, tornando-os ambientes acolhedores e seguros, com estruturas adequadas para diversas faixas etárias. Esses espaços podem ser utilizados para atividades recreativas, práticas esportivas, encontros comunitários e manifestações culturais, favorecendo a socialização e o aprendizado informal.

No entanto, o acesso a esses espaços é limitado, começando pelas calçadas do entorno. Essa questão foi demonstrada nos resultados da dissertação da minha orientanda Cristina Siqueira Cruz, que evidenciaram os problemas de qualidade e acessibilidade das calçadas nas proximidades de parques urbanos, especialmente em áreas caracterizadas por maior vulnerabilidade social. Infelizmente, essa realidade se impõe como um obstáculo ao uso desses espaços por todos os pedestres, principalmente aqueles que possuem algum tipo de deficiência física.

Ainda no mesmo contexto, é importante destacar a valorização da utilização de espaços ao ar livre como ambientes de aprendizagem, tanto nas escolas quanto em locais públicos. Jardins, hortas comunitárias, trilhas ecológicas e espaços de experimentação científica ao ar livre permitem que crianças, jovens, adultos e idosos tenham contato direto com a natureza, explorando e aprendendo sobre o meio ambiente de forma prática e significativa.

Outro exemplo de boas práticas são as voltadas para o estímulo à criação de bibliotecas comunitárias em bairros e comunidades, onde pessoas de todas as idades possam ter acesso a livros, revistas e materiais educativos. Além disso, a oferta de espaços de leitura em locais estratégicos, como praças e centros culturais, estimula a leitura e o desenvolvimento do conhecimento.

Investimentos em centros culturais e museus que ofereçam atividades interativas e educativas também são exemplos de boas práticas, proporcionando experiências enriquecedoras para todas as faixas etárias. Esses espaços podem promover exposições, oficinas, palestras e apresentações artísticas, estimulando a curiosidade, a criatividade e o conhecimento. No entanto, é importante considerar as desigualdades socioespaciais existentes em áreas urbanas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, para que esses espaços possam alcançar a população que reside em áreas periféricas, nas quais ainda existem problemas sérios de falta de infraestrutura e oportunidades.

Podemos destacar também o papel importante de programas de voluntariado e intergeracionais, que estimulam o envolvimento de pessoas de diferentes idades em ações sociais e educativas. Por exemplo, a promoção de atividades em que idosos compartilhem suas experiências de vida com crianças e jovens contribui para a transmissão de conhecimentos e a criação de vínculos intergeracionais.

Por fim, é crucial ressaltar a importância de práticas voltadas para a criação de espaços e programas de formação profissional para jovens e adultos, capacitando-os para o mercado de trabalho e para a participação ativa na vida da cidade. Iniciativas como cursos de capacitação, estágios, incubadoras de empreendedorismo e espaços de coworking fomentam o desenvolvimento de habilidades e competências, contribuindo para a formação integral das pessoas.

Recomendo que aqueles que tenham maior interesse em conhecer algumas das boas práticas adotadas por cidades ao redor do mundo consultem o site da Associação Internacional de Cidades Educadoras. Lá, poderão encontrar diversas experiências que inclusive podem subsidiar futuras iniciativas e políticas públicas voltadas para a criação de cidades educadoras.

Obrigada!

Cristiano Capellani Quaresma

Recebido em: 13 jun. 2023 / Aprovado em: 19 jun. 2023

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. Cidade Educadora: princípios e oportunidades. Entrevistado: Cristiano Capellani Quaresma. *Dialogia*, São Paulo, n. 45, p. 1-7, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/45.2023.24678>.

American Psychological Association (APA)

Terçariol, A. A. de L., & Vercelli, L. de. C. A. (2023, maio/ago.). Cidade Educadora: princípios e oportunidades. Entrevistado: Cristiano Capellani Quaresma. *Dialogia*, São Paulo, n. 45, p. 1-7. <https://doi.org/10.5585/45.2023.24678>.